



Religião

População

Superfície

- Cristãos : **94.4%**
- Agnósticos : **3.0%**
- Novas religiões : **1.4%**
- Outras : **1.2%**

3.026.000

29.743 Km²

Disposições legais em relação à liberdade religiosa e aplicação efetiva

O artigo 41.º da Constituição afirma que “todos terão direito à liberdade de pensamento, consciência e religião”. E estipula que este direito “incluira a liberdade de mudar a própria religião ou crenças e a liberdade, sozinho ou em comunidade com outros, em público ou em privado, de manifestar a religião ou crenças na pregação, em cerimônias religiosas, em outros rituais de culto ou em outras formas”. No âmbito do artigo 77.º, a incitação ao ódio religioso é proibida.^[1]

O artigo 17.º da Constituição estabelece a separação entre “organizações religiosas” e o Estado. Contudo, o artigo 18 reconhece “a missão exclusiva da Igreja Apostólica Armênia como Igreja nacional na vida espiritual, desenvolvimento da cultura nacional e preservação da identidade nacional do povo da Armênia”.

Além da Constituição, a outra fonte fundamental de legislação relevante para a liberdade religiosa é a Lei da República da Armênia sobre Liberdade de Consciência e Organizações Religiosas (1991). A seção 7 prevê que um grupo religioso registrado possa exercer os seguintes direitos: “reunir os fiéis”; “satisfazer as necessidades religiosas e espirituais dos seus fiéis”; “realizar serviços religiosos, ritos e cerimônias”; “criar grupos para instrução religiosa destinados a formar os membros”; “envolver-se em estudos teológicos, religiosos e histórico-culturais”; “formar membros do clero ou para fins científicos e pedagógicos”; “obter e utilizar objetos com significado religioso”; “fazer uso dos meios de comunicação social de acordo com a lei”; “estabelecer ligações com organizações religiosas em outros países”; e “envolver-se em obras de caridade”. Por outro lado, o proselitismo é explicitamente proibido pela seção 8 caso ultrapasse as atividades especificadas na seção 7.

Tanto a questão do proselitismo como a do tratamento preferencial da Igreja Apostólica Armênia foram muitas vezes vistas como problemáticas pelas outras igrejas, organizações religiosas e ONG no país. Apesar de a Igreja e o Estado

serem separados na Armênia, a seção 17 da Lei da Liberdade de Consciência e das Organizações Religiosas de 1991, tal como a Constituição, concedem um estatuto especial à Igreja Armênia de que as outras comunidades religiosas não gozam.^[2]

Por lei, não é necessário registrar os grupos religiosos. Contudo, o registro dá-lhes reconhecimento legal e não há disposições legais que definam os direitos dos grupos não registrados. Os pré-requisitos para o registro são especificados na seção 5 da Lei da Liberdade de Consciência e das Organizações Religiosas de 1991. Para registrar-se como entidade legal, uma comunidade religiosa deve satisfazer os seguintes critérios: deve basear-se em “Escrituras sagradas reconhecidas historicamente”; as suas doutrinas devem fazer parte das “comunidades religiosas eclesiais contemporâneas internacionais”; deve ser “livre de materialismo e destinada apenas a objetivos espirituais”; deve ter pelo menos 50 membros. Estes requisitos de registro não se aplicam às organizações religiosas que estão relacionadas com grupos já reconhecidos como minorias nacionais.

A Lei de 2007 da República da Armênia relativa à relação entre a República da Armênia e a Santa Igreja Apostólica Armênia dá a esta Igreja o direito automático de colocar representantes em hospitais, orfanatos, escolas internas, unidades militares e locais de detenção. Outros grupos religiosos que queiram ministrar nestas instituições devem obter autorização expressa do responsável da respetiva instituição.^[3]

Durante o período em análise, foram propostas alterações à lei da liberdade religiosa. Uma versão inicial da lei foi acolhida de forma hesitante por grupos religiosos minoritários e organizações da sociedade civil. Houve apoio às alterações propostas para banir o proselitismo e retirar certos requisitos para o registro das organizações religiosas que se sentiu serem pouco claros. No entanto, surgiram preocupações de que a Igreja Apostólica Armênia estivesse isenta da proposta de lei. Uma nova proposta foi apresentada em novembro de 2017. Embora a Igreja Armênia estivesse agora incluída na nova lei, os grupos religiosos minoritários e as organizações da sociedade civil levantaram novas questões sobre o texto proposto, argumentando que a nova lei iria na realidade aumentar o controle estatal sobre as organizações religiosas e limitar ainda mais a liberdade religiosa.^[4]

Em março de 2018, o Conselho da Europa avaliou a nova proposta de lei, considerando-a como uma “melhoria bem-vinda”, apesar de permanecerem objeções. A declaração emitida pelo Conselho da Europa referiu que o caráter não obrigatório do registro das organizações religiosas ainda não era afirmado explicitamente. Além disso, incentivou o poder legislativo armênio a disponibilizar justificações objetivas para o tratamento preferencial da Igreja Apostólica Armênia. E argumentou que os requisitos de registro para as organizações religiosas não deveriam ser demasiado pesados e deveriam ser alinhados com os que se aplicam às ONGs. No momento em que escrevemos este relatório ainda não foram efetivadas mais mudanças.^[5]

Alguns grupos cristãos minoritários sentiram que o seu direito à liberdade de culto foi significativamente impedido pela proibição de proselitismo. E tenderam igualmente a dizer que praticaram a sua religião discretamente, que se abstiveram de expressar a sua fé em público e que preferiram resolver as disputas com autoridades públicas e outras entidades discretamente e sem confronto público.^[6]

Por contraste, apesar de terem frequentemente reportado incidentes de assédio, as testemunhas de Jeová também estiveram preparadas para expressar preocupações em público e para litigar, de modo a fazer cumprir os seus direitos religiosos. Em outubro de 2017, obtiveram um julgamento a seu favor no Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. No caso *Adyan and Others v. Armenia*, o tribunal considerou que as quatro testemunhas de Jeová tinham sido injustamente condenadas à prisão por se recusarem a realizar o serviço militar alternativo, uma vez que se opõem ao fato de o único serviço alternativo estar ele próprio sob supervisão militar. O tribunal decidiu que a Armênia não lhes tinha disponibilizado um genuíno serviço civil alternativo.^[7]

Alguns ativistas, membros de minorias religiosas e de ONG, sentiram que o direito da Igreja Apostólica Armênia de disponibilizar materiais educativos nas escolas tem um impacto negativo na liberdade religiosa e no respeito concedido a outras crenças. Foi levantada particular preocupação com a forma como estes materiais identificaram a participação

como membro da Igreja com a verdadeira identidade nacional Armênia. Foram também levantadas preocupações com algumas das apresentações de outras formas de Cristianismo e outras religiões nos materiais correntes do currículo nacional. Foi reportado que os professores do curso de história da Igreja Apostólica Armênia ganharam mais respeito pelas outras religiões depois de estas preocupações terem sido expressadas em público, tanto a nível nacional como internacional.^[8]

| Incidentes

O Papa Francisco visitou o país brevemente em junho de 2016. O seu discurso em Yerevan causou controvérsia na Turquia por causa de ter reconhecido o genocídio armênio. Na igreja apostólica de Etchmiadzin, elogiou a Armênia por se ter tornado no primeiro país a reconhecer o Cristianismo como religião do Estado (em 301 d.C.) e por manter a fé viva nos momentos mais difíceis da história. O Catolicismo é uma das formas minoritárias de Cristianismo na Armênia. O Papa apelou a que todos os cristãos se unam e impeçam que a religião seja explorada e manipulada.^[9]

De acordo com as testemunhas de Jeová, em 2016 houve vários casos de assédio físico e verbal dos seus membros enquanto se envolviam no seu ministério público. Contudo, a prevalência deste tipo de intimidação parece ter diminuído no período deste relatório. Embora tenha havido algumas situações recentes de ataques verbais, não houve ataques físicos recentes.^[10] Outras religiões minoritárias continuaram reportando que existe uma cobertura midiática preconceituosa e imprecisa sobre a sua existência e as suas atividades. No entanto, também se notou uma ligeira melhoria em fontes midiáticas online. Houve igualmente uma percepção de que se espera que os membros das minorias religiosas se conformem até certo ponto à forma dominante de Cristianismo em certas instituições públicas.^[11]

Existe uma comunidade de cerca de 35.000 yazidis. Estes estabeleceram-se no sul do Cáucaso armênio há mais de cem anos. Recentemente, os yazidis no Iraque foram especificamente atacados pelo grupo Estado Islâmico e foram assassinados ou forçados à escravidão sexual. Muitos yazidis do Iraque fugiram para a Armênia em busca de refúgio. Desde janeiro de 2016, o governo armênio contribuiu com US\$100.000 para o ACNUR, para apoiar o realojamento de yazidis de Sinjar, norte do Iraque. Menciona-se que “os esforços de integração continuam sendo um desafio para as autoridades, que procuram o equilíbrio entre as queixas de ambas as comunidades [armênios existentes e yazidis recém-chegados]”.^[12] O maior templo yazidi do mundo está sendo construído na Armênia desde 2016. O complexo, que fica a cerca de 32 km da capital, vai incluir um salão de conferências, um seminário e um museu.^[13]

O Ministério dos Negócios Estrangeiros do Azerbaijão continua acusando a Armênia de vandalismo em larga escala e destruição da herança cultural azeri nos territórios contestados entre os dois países.^[14] Houve encontros entre as autoridades religiosas de ambos os países, mediados pela Rússia.^[15]

| Perspectivas para a liberdade religiosa

Mantêm-se várias preocupações com a liberdade religiosa na Armênia, como por exemplo as restrições às atividades das religiões minoritárias, em especial a proibição de proselitismo, que muitos relacionam com a posição dominante da Igreja Apostólica Armênia no país. Contudo, esta questão é alvo de um debate público vivo e há indícios de maiores liberdades para as minorias religiosas, bem como de atos positivos para acolher as minorias religiosas perseguidas.

| Notas

[1] Constituição da Armênia https://www.constituteproject.org/constitution/Armenia_2015?lang=en (acesso em 30 de março de 2018).

- [2] Lei da República da Armênia sobre Liberdade de Consciência e Organizações Religiosas de 1991, <http://www.parliament.am/legislation.php?sel=show&ID=2041&lang=eng> (acesso em 20 de março de 2018).
- [3] Lei da República da Armênia relativa à relação entre a República da Armênia e a Santa Igreja Apostólica Armênia de 2007, www.legislationline.org/download/action/download/id/7241/file/Armenia_Law_State%20and%20Holy%20Apostolic%20Church_2007 (acesso em 30 de março de 2018).
- [4] Para mais informação, ver Gabinete de Democracia, Direitos Humanos e Trabalho, 'Armenia', International Religious Freedom Report for 2017, Departamento de Estado Norte-Americano, <https://www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm#wrapper> (acesso em 14 de junho de 2018).
- [5] Declaração da Direção de Comunicações do Conselho da Europa, 19 de junho de 2018, <http://hetq.am/eng/news/86710/council-of-europe-new-draft-law-on-freedom-of-conscience-and-religious-organisations-in-armenia-is-an-improvement-but-concerns-remain.html> (acesso em 30 de março de 2018).
- [6] Gabinete de Democracia, Direitos Humanos e Trabalho, 'Armenia', International Religious Freedom Report for 2017, Departamento de Estado Norte-Americano, <https://www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm#wrapper> (acesso em 14 de junho de 2018).
- [7] 'European Court of Human Rights upholds the rights of conscientious objectors in Armenia', Jehovah's Witnesses, 16 de outubro de 2017 <https://www.jw.org/en/news/legal/by-region/armenia/ECHR-upholds-rights-20171016/> (acesso em 13 de junho de 2018).
- [8] Gabinete de Democracia, Direitos Humanos e Trabalho, 'Armenia', International Religious Freedom Report for 2016, Departamento de Estado Norte-Americano, <https://www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm#wrapper> (acesso em 14 de junho de 2018).
- [9] 'Pope Denounces Armenian Genocide during visit to Yerevan', Guardian, 24 de junho de 2016, <https://www.theguardian.com/world/2016/jun/24/pope-francis-denounces-armenian-genocide-during-visit-to-yerevan> (acesso em 13 de junho de 2018).
- [10] Gabinete de Democracia, Direitos Humanos e Trabalho, 'Armenia', International Religious Freedom Report for 2017, Departamento de Estado Norte-Americano, <https://www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm#wrapper> (acesso em 30 de março de 2018).
- [11] Gabinete de Democracia, Direitos Humanos e Trabalho, 'Armenia', International Religious Freedom Report for 2017, Departamento de Estado Norte-Americano, <https://www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm#wrapper> (acesso em 30 de março de 2018).
- [12] 'After Long Trek to Armenia, Iraq's Yazidi families struggle to fit in', Reuters, 30 de abril de 2017, <https://www.reuters.com/article/us-armenia-yazidis/after-long-trek-to-armenia-iraqs-yazidi-families-struggle-to-fit-in-idUSKBN17V0TN> (acesso em 14 de junho de 2018).
- [13] 'World's largest Yazidi temple under construction in Armenia', Guardian, 25 de julho de 2016, <https://www.theguardian.com/world/2016/jul/25/worlds-largest-yazidi-temple-under-construction-in-armenia> (acesso em 14 de junho de 2018).
- [14] 'Baku: Armenia responsible for vandalism against Azerbaijan's cultural heritage', APA, 27 de março de 2018, http://en.apa.az/nagorno_karabakh/baku-armenia-responsible-for-acts-of-vandalism-against-azerbaijani-cultural-monuments.html (acesso em 31 de março de 2018).
- [15] Farid Akbarov 'Allahshukur Pashazade: "We offered to hold meeting of religious leaders on the Azerbaijan-Armenia border"(Interview)', APA, 9 de setembro de 2017 http://en.apa.az/nagorno_karabakh/allahshukur-pashazade-we-offered

[to-hold-meeting-of-religious-leaders-on-the-azerbaijan-armenia-border-interview.html](#) (acesso em 31 de março de 2018).